



## **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014**

A pregoeira da Prefeitura Municipal de MÃE D'ÁGUA, Estado da s Paraíba, designada pela portaria 001 de 02 de Janeiro de 2014, torna público que às **08:30h do dia 05 de Novembro de 2014**, na sala da CPL, localizada na Prefeitura Municipal de Mãe D'água - PB - Rua: Luiz Figueiredo Furtado, 48, Centro - Mãe D'Água - PB - CEP: 58.740-00 - FONE: (83) 428 1000 - PB, quando impreterivelmente e após o Credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na moda lida de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/04/2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Decreto Municipal nº 032/2005, de 04/11/2005, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é Aquisição de VEICULO PICK-UP CABINE DUPLA 4x4 (DIESEL) - Motorização Mínimo de 140 CV, Câmbio Automático, Freios ABS E AIRBAG DUPLO, Protetor de Caçamba, Capota Marítima, Estribos Laterais, Diesel, 5 Lugares, 4 Portas, Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Trio Elétrico (TRAVA, VIDRO E ALARME), conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital, o qual é parte integrante do mesmo.

### **2. DA S CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão, na condição de proponente, Empresas Individuais, Sociedades Comerciais e Cívicas, regularmente estabelecidas neste país, que pertençam ao ramo de atividade do objeto licitado, que sejam nacionais e que atenderem a toda s exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de:

- a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública;
- c) empresas reunidas em Consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) pessoas jurídicas da s quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores da Prefeitura Municipal de Mãe D'água - PB

### **3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1. Até (02) dois dias úteis antes da data fixada para recebimento da s propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou Impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido no Setor de Protocolo da Prefeitura de Mãe D'água, localizado na Prefeitura Municipal de Mãe D'água - PB - Rua: Luiz Figueiredo Furtado, 48, Centro - Mãe D'água-PB - CEP: 58.740-00, cabendo A pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



3.1.1. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.4. Não serão conhecidos impugnações e recursos por meio de fax-símile, devendo o impugnante protocolar a impugnação no setor de protocolo do município.

3.5. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processos para responder pelo proponente,

#### **4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. A licitante deverá se apresentar para Credenciamento junto A pregoeira através de um representante devidamente munido dos documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada .

4.3. Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro Instrumento de Registro Comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**

b) tratando-se de procurador, **A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES VERBAIS**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**

c) o representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto e apresentar **Carta de Credenciamento conforme anexo III**

4.4. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) **que deverá ser apresentado no momento do Credenciamento.**

4.5. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pela pregoeira ou por membro da sua Equipe de Apoio.



- 4.6. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de Credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.
- 4.7. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.
- 4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 4.9. Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA S DECLARAÇÕES E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO**

5.1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos Interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, A pregoeira, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes da s licitantes:

5.1.1. **Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo de Declaração, constante do Anexo IV deste Edital,**

5.1.2. **Declaração de comprovação, separada de qualquer dos envelopes exigida somente para MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme Anexo II, deste edital.**

5.1.3. **Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, deverá anexar a declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no anexo VI, conforme IN nº 02, de 16 de setembro de 2009, do Governo Federal, sob pena de recebimentos dos envelopes de habilitação e proposta de preços.**

5.1.4. em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope n.º 1) e Habilitação (envelope n.º 2),

5.2. Declarado encerrado os procedimentos de Credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pela pregoeira.

5.3. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma da s alíneas "a" e "b" a seguir:

- a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:



PREFEITURA DE  
**MÃE D'ÁGUA**



ORGANISMO DO SEU Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA  
PREGÃO PRESENCIAL 033/2014

LICITANTE: \_\_\_\_\_  
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA  
PREGÃO PRESENCIAL 033/2014

LICITANTE: \_\_\_\_\_  
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.4. Não será admitida a remessa postal dos envelopes de Proposta de Preço e Habilitação.**
- 5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhada s dos originais para conferência pela pregoeira ou sua equipe de apoio.
- 5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticada s, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da s Propostas de Preço.
- 5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.10. A não entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.
- 5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 5.12. O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvida s sobre o teor da mesma, ficando, toda via, os casos excepcionais para serem avaliados pela Pregoeira.



## 6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE "A"

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope "A", com a indicação do(s) item(ns) de participação.

6.2 A proposta para o(s) item(ns) licitado(s) deverá ser apresentada em 01 (uma) via digitada, devidamente datada, rubricada e as suas folhas e assinada por representante legal, sem emenda, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

- a) razão social da empresa, número do CNPJ, número da Inscrição Estadual e endereço do proponente; e número do processo de pregão;
- b) Especificação completa do veículo ofertado de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do veículo ofertado, incluindo marca, modelo, procedência e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e constatem as configurações cotadas, e, quando for o caso, acompanhado de catálogos figurativos ou folders com informações técnicas que possibilitem a completa avaliação do(s) item(ns) proposto(s). Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- c) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para abertura.
- d) Os preços propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional (real), expressos em algarismo (até duas casas decimais) e valor global da proposta por extenso;
- e) conter prazo de garantia, para cada item, conforme especificado no Termo de Referência;
- f) conter relação de Assistência Técnica, com endereço, telefone, fax, conforme estabelecido no Termo de Referência;
- g) A proposta de preços deverá conter o preço unitário e global para cada item cotado, objeto deste Pregão, no modelo da Proposta de Preços - Anexo II deste Edital;
- h) Em caso de divergência entre valores expressos e algarismo e por extenso, serão considerados estes últimos;
- i) Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título, devendo os respectivos bens ser fornecidos a PMMD sem ônus adicionais;
- j) Por se tratar de venda ao consumidor final, os licitantes de outras Unidades da Federação deverão adotar, na composição de seus preços, a alíquota interna do ICMS do estado de seu domicílio.

6.3 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidos nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da



presente licitação.

6.4 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.

6.5 Solicita-se que as empresas façam constar o número da conta corrente, agência e banco preferido onde deseja receber seus créditos, se vencedoras.

6.6 - Os documentos necessários à CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, este deverá ser através de Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, nos termos da Lei Estadual 10.132/2013, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da PMC, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, obrigando-se, no entanto, a fornecer os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados pela Comissão.

6.6.1. Não haverá, em hipótese alguma, confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação,

6.6.2 - A possibilidade de confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação ficará a cargo da comissão de licitação.

6.5.2.. Caso a autenticação seja feita por membro da CPL, os documentos originais serão apresentados até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário estabelecido para a licitação. Em nenhuma hipótese serão autenticados documentos após este prazo,

6.6.3 As LICITANTES que possuem restrição no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), disponibilizado no site [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis), ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.

6.6.4. Em ocorrendo a situação que duas ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

6.6.5 - A critério da Comissão Permanente de Licitações poderão ser solicitados documentos complementares, visando à elucidação de dúvidas porventura havidas.

6.6.6. Quaisquer documentos assinados pelo responsável técnico e/ou representante legal, tanto para fins de habilitação quanto para classificação, deverão ter assinaturas comprovadas por meio de documento de identificação legal, ou seja, cópia da cédula de identidade ou outro documento que comprove sua assinatura.

## **7.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1 Análises das propostas serão desclassificadas as que:

a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) apresentarem preços excessivos (descontos irrisórios) ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através



de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

c) apresentarem proposta alternativa;

**7.2** Serão classificados pela pregoeira, primeiramente, o proponente que apresentar a proposta de menor preço para cada ITEM e, em seguida, todas as propostas com percentuais sucessivos e inferiores, em até 10%. Não havendo no mínimo duas propostas dentro do percentual acima, serão classificadas as propostas de melhores ofertas, até que se obtenha o mínimo de 03 (três) empresas aptas a ofertar lances, conforme disposto no art. 11, Incisos VIII e IX, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão.

**7.3** Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta de preços, serão classificadas as três melhores de menor preço, quaisquer que sejam seus valores.

**7.4** Aos proponentes classificados conforme o item anterior, será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos de percentuais de descontos distintos e decrescentes.

**7.5** A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, nos termos do art. 4º, inciso VIII e IX da lei 10.520/02, no caso de propostas empatadas será realizado sorteio.

**7.5.1.** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

**7.5.2.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total do ITEM, inferiores à proposta de menor preço. Fica facultado A pregoeira a redução do valor mínimo entre os lances. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o preço total de cada **ITEM** da proposta

**7.6** A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.

**7.7** Caso não se realizem novos lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor **valor total por ITEM** e o estimado para a contratação.

**7.8** A roda de lances verbais será repetida quantas vezes A pregoeira considerar necessário, onde cada um **terá até dois minutos** para formular seu lance.

**7.9** Só será aceito lance cujo **preço por ITEM** seja menor do que o último lance anteriormente registrado; e que cujo **valor unitário do ITEM**, após o lance, contenha algarismo (até duas casas decimais), podendo ser feita as adequações necessárias pela pregoeira no ato da sessão.

**7.10** Encerra-se a disputa de lances quando não houver mais nenhuma propositura verbal para menor preço. E encerrada essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de **menor preço por ITEM**.



**7.11.** Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e sido verificada a ocorrência de empate - entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor proposta - será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.12.** Para efeito do disposto no item 7.11., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**7.12.1** - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**7.12.2** - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.11, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**7.12.3** - A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do subitem 7.11, deverá(ão) apresentar junto com a documentação de Credenciamento, comprovação da sua condição declarada, mediante apresentação de Documento emitido pela Receita Federal do Brasil, sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido no subitem 8.2.3 do edital, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**7.12.3.1** - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**7.12.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.12.5.** O disposto no subitem 7.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.13** Em seguida, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

**7.14** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente. Em atendimento à Lei Complementar 123/2006, deve ser observado o disposto no item 8 deste Edital.

**7.15** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente





*desistente às penalidade constantes no item 17 do Edital.*

**7.16** *Constatado o atendimento pleno da s exigências editalícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, A pregoeira adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.*

**7.16.1.** *Havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, deverão ser observada s às disposições constantes no item 10, deste Edital.*

**7.17** *Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre o menor lance e o valor estimado para a contratação. A pregoeira poderá oferecer contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.*

**7.18** *Se toda s as propostas forem desclassificada s ou todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimada s da s causas que ocasionaram as inabilitações ou desclassificações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.*

**7.19** *Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrada s as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira e membros da equipe de apoio e representantes da s licitantes presentes.*

**7.20** *Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada .*

**7.21** *Em caso de divergência entre informações contida s em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.*

**7.22** *Não se considerará, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.*

**7.23** *Na fase de julgamento A pregoeira poderá promover quaisquer diligências julgada s necessárias à análise da s propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem as solicitações no prazo por ela estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida .*

**7.24** *Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo da s sanções legais cabíveis.*

**7.25** *Se o licitante vencedor recusar-se, injustificada mente, a assinar o contrato e a receber a nota de empenho e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraída s, será aplicada a regra estabelecida no item 17 deste edital.*

**7.26** *No caso de empate entre duas ou mais propostas escrita o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, para também definir da ordem do lance.*



**7.27** Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato e do recebimento da nota de empenho, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 7.15 e 7.16.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"**

**8.1.** Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada

**8.2.** O envelope "B" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

a) Declaração expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município de Mãe d'Água - Estado da Paraíba, não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93, conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

b) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99), conforme modelo constante do anexo IV deste edital;

### **8.2.1. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores e último aditivo contratual.

### **8.2.2. RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL**

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União),

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS), e

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social: Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

h) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído dado pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 - DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei).

### **8.2.3. DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006.<sup>1</sup>**

- a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
- d) A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

### **8.3 A documentação deverá:**

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a pregoeira considerará como prazo de validade de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
- c) Referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.

**8.4** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

**8.5** Os documentos exigidos neste edital obtidos através de sites, terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 8.3.

**8.6** Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não

<sup>1</sup> As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação de regularidade fiscal exigida no subitem 8.2.2 "b", deste edital, ainda que apresente alguma restrição, assegurado o prazo de dois dias úteis, a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para apresentação de nova documentação sem restrição, sob pena de inabilitação, cujo prazo pode ser prorrogado, mediante justificativa apresentada pelo proponente e aceita pela Administração, observado o § 1º do art. 43 da LC Nº 123/2006.



declarada s vencedoras, permanecerão em poder da pregoeira, devida mente lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20(vinte) dias correntes à disposição da s licitantes interessada s. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

## **9.0 DA ADJUDICAÇÃO**

**9.1.** Caso não haja manifestação de interpor recurso por parte dos demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pela pregoeira no final da sessão, sendo registrada em ata ou posteriormente, caso seja necessário alguma análise mais detalhada da s propostas.

**9.2.** Se houver interposição de recurso administrativo, o item atacado pelo recurso administrativo, será adjudicado pela autoridade competente para julgar esse instrumento de ataque à decisão da pregoeira.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1** Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivada mente** a intenção de recorrer, desde que devida mente registrada a síntese razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de (03) três dias úteis para apresentação da s razões do recurso por escrito, podendo juntar memoriais, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contra - razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

**10.2** A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante em interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação.

**10.3** Qualquer recurso contra a decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo;

**10.4** O acolhimento do recurso importará a invalida de apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**10.5** A decisão em grau de recurso será definitiva e dela da r-se-á conhecimento aos interessados, através publicação no D.O.E.PB

**10.6** Os elementos indispensáveis à defesa dos interesses da pregoeira poderão ser vistos no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba, situado a Rua Luiz Furtado de Figueiredo nº48 - Centro - Mãe D'água-PB - telefone (83) 3428-1000.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

**11.1.1.** a autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos produtos cotados, antes da homologação do certame.

## **12.0 DA DESPESA**



- 12.1** AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, CORRERÃO À CONTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ORIUNDOS DO ORÇAMENTO DE 2014, RECURSOS PRÓPRIOS/FPM/ICMS/SUS/FUS/ELEMENTO DE DESPESA 444.90.52.001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº DA PROPOSTA:03627.760000/1140-01 MINISTERIO DA SAÚDE.

### **13.0 DA S OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 13.1** O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

- 1) efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendida s as formalidades pactuadas;
- 2) notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;

### **14. DA RESCISÃO**

- 14.1** O contrato originado da presente licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes formas:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação

### **15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

- 15.1** A contratada deverá entregar o veículo em até quinze dias, após receber a autorização emitido pelo Setor de Compras da PMMD.

**15.2** Os objeto deste edital será recebido provisoriamente pelo Setor de Compras da Prefeitura de Mãe D'Água, que, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações, contida s na proposta, caso as disposições acima citada s não forem cumprida s, a PMMD rejeitará o recebimento do mesmo.

**15.3** O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias, a contar do recebimento e aceitação dos itens a serem locados, onde a empresa vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal de Fatura, devida mente atestada pelo Secretário Solicitante.

**15.4** O valor correspondente será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária ou através de pagamento em cheque na Tesouraria Geral da Prefeitura de Mãe D'água.

**15.5** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do Demonstrativo dos serviços executados.

### **16. DO PREÇO E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**



**16.1.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

### **17. DAS PENALIDADES**

17.1 Aos proponentes que ensejarem o **retardamento do recebimento da Nota de Empenho ou da execução do objeto licitado**, não mantiverem a proposta, que tendo declarado previamente a condição de habilitação deixar de apresentar tempestivamente a documentação comprobatória exigida no edital, **falharem ou fraudarem na entrega do objeto contratado**, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

a) advertência;

b) multa, sendo:

b.1) de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas.

b.2) de 1% (um por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto licitado;

b.3) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias.

c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.2** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**17.3** As multas previstas no subitem 17.1. "b" não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o vencedor do certame da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**17.4** A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato e receber a Nota de Empenho, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

**17.5.** As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

### **18. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

**18.1 A CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.



### **19.-DA S OBRIGAÇÕES**

19.1 A contratada deverá entregar o veículo em até quinze dias, após receber a autorização emitido pelo Setor de Compras da PMMD.

19.2 Os objeto deste edital será recebido provisoriamente pelo Setor de Compras da Prefeitura de Mãe D'Água, que, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações, contida s na proposta, caso as disposições acima citada s não forem cumprida s, a PMMD rejeitará o recebimento do mesmo.

19.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo fornecido, por meio de rede autoriza, de acordo com a garantia do fabricante.

19.4. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devida mente atualizada s.

19.5. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinada s pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

19.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto de locação, salvo quando o defeito for, comprovada mente, provocado por uso Indevido.

19.7. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

### **20.0 DA S DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como da s normas administrativas vigentes.

20.2 Não será admitida a transferência a terceiros da s obrigações previstas nesta licitação.

20.3 A Prefeitura Municipal de Mãe D'água, reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o Interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.

20.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este Edital serão atendidos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio no horário da s 08h às 12h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na rua Luz Furtado de Figueiredo- Centro, Mãe D'água-PB, ou através do telefone (83) 3428-1000 .

20.5 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pela pregoeira, de acordo com o que reza a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº 032/2005, de 04/11/2005 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

20.6 Na hipótese de não haver expediente na da ta prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta Repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

20.7 A documentação apresentada para fins de Habilitação e Credenciamento dos



vencedores, fará parte dos autos da licitação e não será devolvida aos proponentes.

**20.8. Questões irrelevantes quanto ao credenciamento, propostas de preços e documentação, serão sanáveis pela pregoeira e equipe de apoio.**

**20.9. São partes integrantes deste edital:**

Anexo **I** - Termo de Referência

Anexo **II** - Modelo da Proposta;

Anexo **III** - Carta de Credenciamento

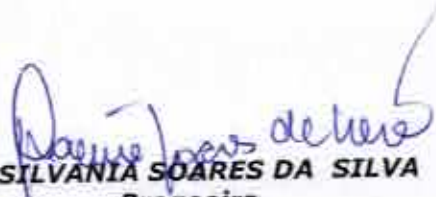
Anexo **IV** - Modelo das Declarações


Anexo **V** - Termo de Recebimento de Edital

Anexo **VI** - declaração de elaboração independente de proposta de preços

Anexo **VII**-Minuta de Contrato que integram este edital e nos termos e condições aqui estabelecidos.

Mãe D'água - PB, 22 de OUTUBRO de 2014

  
**SILVANIA SOARES DA SILVA**  
Pregoeira

  
**Edja Consultoria e Assessoria Ltda.**  
Assessora Técnica







FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório nº. 023/2014  
Tomada de Preços nº. 1.02.01/2014  
Contrato Administrativo nº. PC.1.02.01.01/2014  
Contratado: Fundo Municipal de Saúde de Monteiro / Ednacé Alves Silvestre Henrique.  
Contratadora: FROALUTO SERVIÇO E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME / 08.332.022/0001-60.  
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO, das UBS, localizada nas comunidades Rurais de Jabinara, Quimadas e Oito D'Água - Conforme Proposta nº 11214763000113012, 11214763000113008 e 11214763000112015.  
VALOR: R\$ 305.195,00 (Trezentos e cinco mil cento e noventa e três reais e dez centavos)  
Vigência: 10 (dez) meses.  
Data de Assinatura: 20 de Junho de 2014.  
Doação Orçamentária: 10.301.3015.1044 - 44.90.31.00  
Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Fundo Municipal de Saúde de Monteiro  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1.6.017/2014

Nos termos do relatório final e adotando as razões que nortearam o julgamento do Processo Oficial, HOMOLOGO o resultado do Pregão Presencial nº. 1.6.017/2014, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, PARA O SAMU, durante o exercício de 2014, conforme termo de ADJUDICAÇÃO, em favor das seguintes empresas: SANTOS & LUCENA LTDA - ME (ODONTOMED) - CNPJ: 09.478.023/0001-88, nas seguintes itens: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033 e 034; perfazendo um valor total dos lotes de R\$ 88.382,00 (Oitenta e oito mil trezentos e oitenta e dois reais), para que a adjudicação nele procedida produza seus efeitos legais.  
Monteiro - PB, 05 de Setembro de 2014.  
EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE - Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Fundo Municipal de Saúde de Monteiro  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1.6.014/2014

Nos termos do relatório final e adotando as razões que nortearam o julgamento do Processo Oficial, HOMOLOGO o resultado do Pregão Presencial nº. 1.6.014/2014, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS EM AJTA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL DE INFORMÁTICA, conforme termo de ADJUDICAÇÃO, em favor das seguintes empresas: NORDESTE REMANUFATURA DE CART. IMPRESSORA LTDA - CNPJ: 03.781.718/0001-50, nas seguintes itens: 901, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051; perfazendo um valor total dos lotes de R\$ 78.763,00 (Setenta e oito mil setecentos e sessenta e três reais), para que a adjudicação nele procedida produza seus efeitos legais.  
Monteiro - PB, 02 de Setembro de 2014.  
EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE - Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Fundo Municipal de Saúde de Monteiro  
EXTRATO DOS CONTRATOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, PARA O SAMU. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02 Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA - Processo Licitatório nº. 025/2014 - Pregão Presencial nº. 1.6.017/2014. DOTAÇÃO: 10.301.3015.2066 - 33.90.30 - 44.90.52 - 10.302.3016.2081 - 33.90.30 - 44.90.52. VIGÊNCIA: do presente contrato tem vigência até 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde do Município de Monteiro/Ednacé Alves Silvestre Henrique e a empresa: SANTOS & LUCENA LTDA - ME (ODONTOMED) - CNPJ: 09.478.023/0001-80 - CT Nº. 1.6.017.1/2014; 08/09/2014 - Valor: R\$ 88.382,00 (Oitenta e oito mil trezentos e oitenta e dois reais).  
Monteiro - PB, 08 de Setembro de 2014.  
EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE - Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Fundo Municipal de Saúde de Monteiro  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1.6.019/2014

Nos termos do relatório final e adotando as razões que nortearam o julgamento do Processo Oficial, HOMOLOGO o resultado do Pregão Presencial nº. 1.6.019/2014, que tem por objeto o Sistema de Registro de Preços para aquisição de Material de Construção em Geral, durante o exercício de 2014, conforme termo de ADJUDICAÇÃO, em favor das seguintes empresas: MARLUCITE DE SOUSA SILVA - ME - CNPJ: 03.466.743/0001-40, nas seguintes itens: 001, 004, 005, 007, 008, 009, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 025, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033; perfazendo um valor total dos lotes de R\$ 412.116,90 (Quatrocentos e doze mil cento e dezesseis reais e noventa centavos), MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DA SILVA - ME - CNPJ: 02.413.880/0001-53, nas seguintes itens: 002; perfazendo um valor total dos lotes de R\$ 27.850,00 (Vinte e sete mil oitocentos e cinquenta reais) e CELECLENO ALVES BISPO - ME - CNPJ: 24.222.267/0001-91, nas seguintes itens: 003, 006, 010, 024 e 026; perfazendo um valor total dos lotes de R\$ 38.075,00 (Trinta e oito mil e setenta e cinco reais), para que a adjudicação nele procedida produza seus efeitos legais.  
Monteiro - PB, 19 de Setembro de 2014.  
EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE - Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Fundo Municipal de Saúde de Monteiro  
EXTRATO DOS CONTRATOS

OBJETO: Sistema de Registro de Preços para aquisição de Material de Construção em Geral. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02 Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA - Processo Licitatório nº. 038/2014 - Pregão

Presencial nº. 1.6.019/2014. DOTAÇÃO: 10.301.3015.2066 - Transferência de recursos do SUS. VIGÊNCIA: do presente contrato tem vigência até 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde do Município de Monteiro/Ednacé Alves Silvestre Henrique e as empresas: MARLUCITE DE SOUSA SILVA - ME - CNPJ: 03.466.743/0001-40 - CT Nº. 1.6.019.01/2014; 19/09/2014 - R\$ 412.116,90 (Quatrocentos e doze mil cento e dezesseis reais e noventa centavos), MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DA SILVA - ME - CNPJ: 02.413.880/0001-53 - CT Nº. 1.6.019.02/2014; 19/09/2014 - R\$ 27.850,00 (Vinte e sete mil oitocentos e cinquenta reais) e CELECLENO ALVES BISPO - ME - CNPJ: 24.222.267/0001-91 - CT Nº. 1.6.019.03/2014; 19/09/2014 - R\$ 38.075,00 (Trinta e oito mil e setenta e cinco reais).  
Monteiro - PB, 19 de Setembro de 2014.  
EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE - Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Fundo Municipal de Saúde de Monteiro  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 1.6.019/2014 - SMP

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Monteiro, através do seu Pregoeiro Oficial, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, em conformidade com o resultado do pregão abaixo relacionado e devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93, torna público o EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: PROCESSO ADMINISTRATIVO: 038/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1.6.019/2014 - OBJETO: Sistema de Registro de Preços para aquisição de Material de Construção em Geral, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2014/2015. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. DATA DA ASSINATURA: 19/09/2014. EMPRESA COM OS PREÇOS REGISTRADOS: MARLUCITE DE SOUSA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.466.743/0001-40, com o valor total de R\$ 412.116,90 (Quatrocentos e doze mil cento e dezesseis reais e noventa centavos), MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.413.880/0001-53, com o valor total de R\$ 27.850,00 (Vinte e sete mil oitocentos e cinquenta reais) e CELECLENO ALVES BISPO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.222.267/0001-91, com o valor total de R\$ 38.075,00 (Trinta e oito mil e setenta e cinco reais), conforme Ata de Registro de Preços Acomodada ao Processo Licitatório nº. 038/2014/PMS.  
Monteiro - PB, 19 de Setembro de 2014.  
Ednacé Alves Silvestre Henrique - Gestora do PMS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 028.001/2013. PARTES: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO e a empresa CEDRO ENGENHARIA LTDA. OBJETO CONTRATUAL: Contratação da empresa, sob o regime de empreitada global, para execução dos serviços de CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE BÁSICA DE SAÚDE - UBS 09 NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PB. OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº. 028.001/2013, de vigência por 05 (cinco) meses a partir a assinatura do presente termo, com vigência de 22 de Agosto de 2014 a 22 de Janeiro de 2015. FUNDAMENTAÇÃO: este Termo Aditivo, com base no Capítulo Primeiro tem como fundamento o art. 57, §1º, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e a Cláusula Décima Sétima do Contrato Primário, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
EDNACÉ ALVES SILVESTRE HENRIQUE - Pregoeira Constitucional - Monteiro - PB.

Prefeitura Municipal de Mãe D'Água  
LICITAÇÕES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2014

OBJETO: Aquisição de VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA 4x4 (DIESEL) - Motorização Mínima de 140 CV, Câmbio Automático, Freios ABS E AIRRAG DUPLA, Protetor de Capota, Capota Metálica, Eixos e Lateraliz, Direção, 5 Lugares, 4 Portas, Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Triv. Elétrico (TRAVA, VIDRO E ALARME) para a secretaria de saúde.  
DATA E LOCAL: 05 de Novembro de 2014, às 08:30 horas, no sala de CPL.  
INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter o Edital na Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, s/nº, - Praça da Prefeitura Municipal de MÃE D'ÁGUA - Estado da Paraíba, na sala Comandante Penimento de Licitação, em todos os dias úteis, no horário de 8:00 às 12:00 hs, informações pelo telefone (83)3183-3428/1900.

MÃE D'ÁGUA - PB, 22 de Outubro de 2014  
Silvânia Soares da Silva  
Pregoeira/PMMD

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2014

OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos hospitalares, escritório, ar condicionado, refrigeradores, informática, destinada as atividades do secretário de saúde, deste município.  
DATA E LOCAL: 05 de Novembro de 2014, às 10:00 horas, na sala de CPL.  
INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter o Edital na Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, s/nº, - Praça da Prefeitura Municipal de MÃE D'ÁGUA - Estado da Paraíba, na sala Comandante Penimento de Licitação, em todos os dias úteis, no horário de 8:00 às 12:00 hs, informações pelo telefone (83)3183-3428/1900.

MÃE D'ÁGUA - PB, 22 de Outubro de 2014  
Silvânia Soares da Silva  
Pregoeira/PMMD